

O PODER E AS INTERVENTORIAS NO NORDESTE: A POLÍTICA INTERVENCIONISTA E AS AÇÕES ESTATIZADORAS ALINHADAS AO PROJETO DE ESTADO VARGUISTA (1930 - 1935)

Martinho Guedes dos Santos Neto¹

DE 1930 A 1935: pontos e questões²

Um bom exemplo na historiografia brasileira que podemos considerar como pouco aprofundado e ainda por ser estudado para além das ações do Estado, é o período compreendido entre 1930 – 1935 (Governo Provisório de Getúlio Vargas). Numa conceituação panorâmica, este período é considerado pouco expressivo ou pouco significativo, haja vista a variedade temática que atrai os historiadores da Era Vargas. Talvez porque as atenções dedicadas a Era Vargas tenham sido pautadas em uma crise política cujo fundamento é a burocracia estatal, tida como ferramenta propícia de mudanças e profícua para ser estudada.

É do Estado que parte a centralização, é o Estado que conduz o sistema político pós-30, é o Estado que se configura como ditatorial e é o Estado que controla os trabalhadores e os partidos; com essa “super valorização” estatal tornou-se quase consequente pensar a partir do corpo do Estado. Mas, como considerar um “super Estado” a partir de outubro de 1930 se a história política brasileira esteve, até então, sob o controle dos currais eleitorais nitidamente fragmentadas na influência das localidades?

Seria o caso de recorrermos a explicações consolidadas como a tese do Estado de Compromisso (FAUSTO, 1981 e WEFFORT, 1978) que aponta para um vazio de poder deixado pelas classes diligentes de 1930? Ou a tese da emergência de um Estado burguês (SAES, 1994, p. 77-86) que organiza, de um modo particular, a dominação de classe e favorece a hegemonia da classe dominante com uma política de ordem? Qualquer que seja a opção estamos explicando a “revolução” de 1930 a partir da emergência de um Estado forte.

A emergência de um Estado forte esteve intimamente relacionada aos jogos do poder, aos interesses, aos conchavos e manobras políticas. 1930 foi explicado em

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Atualmente professor da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus III.

² As considerações dessa primeira parte foram ampliadas a partir de outro texto já publicado pelo autor na Revista Cadernos de História da UFPE (no prelo), 2010.

qualquer que seja a vertente teórica; o que não se explicou, ainda, foram os meandros da consolidação deste Estado construído entre 1930 – 1937; em termos de desdobramentos políticos esse período assumiu uma forma plural de questões que só podem ser entendidas sem a compartimentação estruturalista, mas, a partir das culturas políticas estabelecidas nos espaços de ação desse “novo” Estado que emerge a partir da “Revolução de 1930”.

Foi nesse momento que se estabeleceu um confronto entre o fazer política no pré-1930 e o fazer política depois de 1930, o clientelismo que comandou o cenário político até então não se bastou frente ao discurso de moralização e desenvolvimento que redesenhou o jogo do poder. A constitucionalização, que parece ter sido a pedra de toque do período, tornou explícito o confronto entre aqueles que fizeram 1930, e mais explícito ainda o intenso jogo de manobras e negociações que objetivou a tomada do poder. No momento citado, ideologias e projetos políticos conflitantes conviveram lado a lado, Tenentes, classes médias, burguesia nacional e oligarquias defenderam seus interesses orientados por uma única diretriz: manter-se no poder ou conquistar o seu espaço no poder.

Ao que parece, driblar esta pluralidade de interesses só foi possível a partir dois planos de ação política: Primeiro o da centralização administrativa direcionada aos setores urbanos. Nessa frente têm-se a nomeação dos interventores e a criação do chamado Vice-Reinado do norte, ambos com o propósito de “controlar e moralizar” a política dos estados da federação. Tal iniciativa deu ao governo provisório de Vargas uma ampla visão do cenário político nacional, o que possibilitou a criação de uma rede de influência que, ora se impunha pela força com a desestruturação de grupos oligárquicos, ora se compunham com estes grupos; ainda com esse plano de ação, o controle das massas urbanas (operários e sindicatos) foi concretizada pela repressão e a concessão de benefícios à classe trabalhadora (férias, jornada de oito horas, etc).

No segundo plano de ação política, Vargas deixou intocável a estrutura agrária dos estados, porém, aos poucos minou essa estrutura com o apoio dos interventores, que se configurava como “...o elemento central para a garantia da consecução e do sucesso do projeto político. A esta nova figura da administração estadual era atribuída a tarefa de arregimentação e unificação das forças políticas estaduais, bem como sua integração a nível federal.” (GOMES, 1986, p. 30). Ou seja, coube aos interventores expurgar, gradativamente, os privilégios dos senhores rurais em um processo de centralização de recursos ou de concessão de favores. Daí que, se nesse plano de ação,

Vargas abriu um canal de negociação e arregimentação por um lado, por outro as elites estaduais construíram sua rede de influência nas hostes burocráticas do Estado.

A partir dessas linhas de ação podemos entender o governo provisório de Vargas como um período de centralização negociada cuja emergência de um Estado forte só se configurou, de fato, por meio de um intenso jogo de articulações, inclusive com os setores sociais que, em última instância o legitimou. Portanto, ao sair da análise estrutural da “História dos Feitos do poder” para uma história plural dos acontecimentos do pós-30, sem reescrever ou discordar das análises deste momento histórico, o que se pretende é entender esse período não apenas na visão governo-oposição, mas, a partir de uma análise que consiga enxergar os outros setores do contexto sócio-político daquele momento histórico (operários, trabalhadores rurais, mulheres, entre outros).

Talvez ainda não se possa estabelecer um diálogo denso e substancial entre os grupos citados pela escassa produção historiográfica, mas, com certeza, um diálogo entre os grupos políticos deste período é possível. Ao entendermos que este período foi o momento de um processo de centralização negociada, o recorte (1930 – 1937) pode se configurar como um dos momentos da nossa história em que se consiga perceber, claramente, a dinâmica do jogo político do poder e a permanência ou não de uma cultura do poder que tem como marco o antes e o depois de 1930. Daí a preocupação em entender a produção discursiva que permeou, no nosso caso, os estudos do pós-1930 e,

... reposicioná-lo com relação a seus temas e objetos de análise. Procedimento que não vai na direção de reinterpretar o dito e o já sabido, mas de redefinir uma estratégia diferente tanto da produção acadêmica como das relações desta com as demandas de poder inerentes aos discursos que suportam práticas sociais. Momento de desmontagem de um dispositivo ideológico que subtraía na teoria o lugar de produção deste discurso – o universo do saber dominante – e que dava a ele o estatuto de objetividade exigido pela estratégia de seu enunciado (DE DECCA, 2004, p. 40)

Ao atentarmos para as questões já discutidas, o que se pode perceber é que as respostas ainda estão por serem apresentadas, pois, os estudos que consideram esse recorte cronológico ainda não se debruçaram sobre um dos espaços de ação do projeto de centralização política e de poder de Vargas: o Nordeste. As explicações sobre o pós-30 consolidaram a perspectiva do Sul e do Sudeste do país como explicação nacional, alicerçada em uma história política que se acostumou a mencionar São Paulo e Rio de Janeiro como “a História do Brasil”.

Seguindo o raciocínio de Eric Wolf (1994), nesse conjunto, a história do Brasil consolidou as explicações do poder a partir dos espaços economicamente superiores e

culturalmente dinamizados com seus valores e conceitos; as conexões foram perdidas e os espaços de ação social, política e econômica fora dessa hegemonia foram deixadas a margem das grandes teses explicativas do período em estudo. Utilizando o enfoque relacional de Wolf, com ênfase nas interações e nas interconexões sociais emergentes do poder e da hegemonia, o que se pode perceber é que a historiografia brasileira não esteve preocupada com tais interações, de modo que a percepção do poder e sua consequente explicação estiveram voltadas para os espaços do Sul e do Sudeste³.

Isso porque entre 1870 e 1920 a cultura política brasileira foi caracterizada pela tentativa de interpretar o Brasil em torno da dicotomia tradição/modernidade, do nacionalismo indianista de José de Alencar e Joaquim Nabuco à caracterização físico-geográfica de Euclides da Cunha; sendo assim, as construções simbólicas, com base na territorialidade teriam contribuído para fundamentar a ideia do “Brasil grande, país do futuro” descartando os territórios de poder tidos como atrasados, como foi considerado o Nordeste (ANDRADE, 1999, p. 28).

O jogo do poder desenhado, portanto, esteve voltado para a dimensionalidade totalizante do discurso dos grandes homens da história nacional, as construções teóricas pensadas pela historiografia brasileira deram conta de uma história política, cuja interpretação construiu os alicerces interpretativos da nação brasileira, pontuada, heroicizada e estatizada; os jogos do poder também foram estatizados, partiu-se do Estado. Contudo, as teses históricas da política brasileira, já mencionadas, não podem ser colocadas como ultrapassadas. Se existem novos objetos e novas perspectivas de análises históricas acerca do poder e suas interrelações e/ou conexões, elas só emergiram porque houve bases sólidas de pesquisa histórica para aquilo que estamos chamando de “nova história política”.

Sendo assim, repensar os objetos de estudo da política por outras construções teóricas não descartam a utilização das “antigas matrizes” de pensamento. Os novos espaços e suas territorialidades de poder, certamente, podem nos trazer contribuições enriquecedoras para os estudos da história política brasileira. Em se tratando do Nordeste essas perspectivas são multiplicadas na medida em que, as fontes e as culturas

³ Eric Wolf nasceu em Viena, posteriormente foi com a família para os Estados Unidos, precisamente a cidade de Nova York. Estudou antropologia na Universidade de Columbia. Em seus estudos, Wolf contribuiu para a antropologia do poder ao analisar a separação/compartimentação do saber que levou a distinções e desconexões entre a economia, a política, a sociedade e a cultura. A sua crítica consiste na percepção de que não se deve compartimentar, mas, interrelacionar e conectar as múltiplas faces da totalidade social, compartimentá-la falseia a realidade. Seus trabalhos discutem a América Latina de modo que algumas de suas conclusões podem ser percebidas no contexto brasileiro.

políticas desses espaços nos revelam um intrínseco jogo de poder, em que os discursos e as relações são mesclados hora com o poder local, hora com o poder central. Afirmações essas que podem ser percebidas na ação dos interventores nomeados por Getúlio Vargas para os estados nordestinos:

Logo ao chegar, consegui o milagre da unanimidade baiana. Todas as correntes se uniram contra mim [Juracy Magalhães]. O Partido autonomista, de J. J. Seabra, de Simões Filho, dos Calmon, dos Mangabeira dos Madureira de Pinho. (...) eu era, de fato, um estranho no ninho, um tenente forasteiro que ousava pisar no solo sagrado a muito presidido por santos irredutíveis e ciumentos (GUEIROS, 1996, p. 128), grifo meu.

(...)

Resolvi logo acabar com as ameaças de confisco de bens e de prisão sem justa causa, determinando o arquivamento de processo de fundo político e anunciando que ninguém sofreria represálias por ter sido, em princípio, contrário ao nosso movimento (Idem, p. 130).

(...)

“[Com a Revolução de 1932] a maioria da população baiana estava contra o movimento, não admitia lutar pela volta da hegemonia paulista. Aquela revolução tinha seus donos. Os nordestinos a chamavam de separatista (Idem, p. 143).

Eu a nada aspiro senão cumprir os deveres do posto que me foi outorgado, principalmente nos benefícios que possa angariar para nossa terra, a que tenho procurado servir com a possível solicitude mas não poderei continuar como Ministro se a Parahyba fica em divergencia com o governo de que sou auxiliar.

Você de longe labora num grande erro de interpretação quanto aos rumos da ditadura. Nós do norte só, podemos contar com Juarez. E Juarez só tem dois amigos verdadeiros entre os políticos civis do Sul: Getulio Vargas e Osvaldo Aranha. Só eu sinto como o primeiro procura prestigial-o, dar-lhe forças para poder contar com o seu apoio; como o segundo com a maior ternura de amigo e a maior solidariedade de patriota, vive aqui a seu serviço. (...) São essas as figuras do governo a que não podemos negar a maior firmeza de relações porque representam a propria estabilidade de nossa causa (ALMEIDA, s/d).

Pelos relatos do interventor Juracy Magalhães, da Bahia e do Ministro José Américo, da Paraíba, o que podemos observar é que para além da hegemonia estatizadora do pós-30 o poder foi construído na base dos interesses dos territórios de poder. Se o governo Provisório de Getúlio Vargas buscou a centralização política com a nomeação dos interventores, ela só foi concretizada na medida em que a “nova ordem” atendeu a alguns dos interesses locais, para só então, dar sustentação ao projeto centralizador de Vargas. Na percepção do Nordeste, os rumos do pós-30 seriam concretizados de modo que fosse construído um contrapeso político frente aos interesses do centro-sul; e isso foi explícito na imprensa nordestina. De 1930 a 1935 o Jornal do Comércio – PE, o Jornal A União – PB, o Jornal A Tarde – BA e os Jornais O Povo e O Ceará, cada qual com suas especificidades, marcaram posições nesse sentido. Tal postura discursiva foi além do movimento de 1930, as bases de sustentação do poder

estariam, assim, no nordeste e as elites políticas locais tomaram para si as articulações necessárias para a consolidação de Getúlio Vargas no poder.

Sendo assim, as práticas políticas foram aproveitadas de acordos com as conveniências, e por traz do discurso moralizador, a credibilidade foi resguardada por grupos bem definidos, arregimentados por Getúlio Vargas de modo a construir sua base de poder frente aos interesses paulistas. Para Vavy Pacheco:

Para exercer o poder, os diversos grupos precisam construir legitimidade “revolucionária” e o discurso dos diferentes adversários gira, sobretudo em torno da idéia de “Revolução” e o que nela está contido. Os principais personagens dessa “Revolução” que aconteceu em outubro de 1930 são mencionados de forma genérica como “políticos”, “militares” e “povo” (...) Na verdade, falar por “São Paulo” ou pela “Revolução” significa, em termos do discurso político, determinar o destino da política, ou seja, o rumo mais geral dos conflitos sociais (BORGES, 1992, p. 110).

Pela argumentação da autora, as disputas pelo legado de 1930 e seus desdobramentos assumiram a dimensão dos rumos mais gerais do que seria a “Revolução Brasileira”, e São Paulo, ou seja, o espaço mais economicamente desenvolvido deveria sugerir o modelo de organização nacional. O povo, os militares e a política poderiam ser apreciados de acordo com os arranjos dessa territorialidade de poder. Aqui residem os questionamentos desse texto: e os outros espaços de poder? Quais as relações estabelecidas com essa “nova ordem”? Quais os ajustes e interesses ficaram de fora dessa construção explicativa?

A nossa historiografia elegeu os sujeitos que falam por essas territorialidades de poder e construíram discursos na base de uma relação de poder e de dominação com graus de hegemonia complexa, em que certas ideologias predominam sobre outras e algumas ideias se sobressaem como forma de liderança cultural (SAID, 2007, p. 32-34).

As relações existentes entre o que, agora, podemos chamar de grupo de poder do Sul e Sudeste e os grupos de poder do Nordeste ainda estão por serem discutidas pela historiografia. A percepção do que foi rejeitado por ambos os territórios de poder ou absorvido podem nos revelar as estratégias de negociação, aproximação ou imposição na conjuntura política pós-1930. Isso porque a intenção da elite paulista, nos momentos pós-30, foi a de reconquistar o *status quo* de antes, e para isso o discurso da constitucionalização não teve outra função, senão retórica e ideologizante (SARMENTO, 1998, p. 179-180).

Indiscutivelmente, São Paulo e o sudeste como um todo se configuravam como a região mais rica do país, contudo, frente aos acontecimentos do pós-30, interessava a

Vargas apoio político. A desestabilização de São Paulo e dos grupos políticos do sudeste garantiria ao presidente “golpista” a legitimidade necessária para o seu projeto de poder. Desse modo, o caráter instrumental do Estado pós-1930, em construção de 1930 a 1937, precisou ser composto com outras bases de poder, em outros territórios de dominação política.

Outras práticas, outras estratégias, outras representações e outros mecanismos de poder foram utilizados por Getúlio Vargas para construir seu apoio político necessário, na base do deslocamento regional e espacial. Essa nova conjuntura de poder trouxe para o Nordeste esse papel.

Contudo, a redimensionalidade desses jogos de poder ainda está por ser estudada. As relações políticas e as intenções do poder central frente a territórios de poder culturalmente alicerçados no poder local, ainda são descritas como complementares pela historiografia brasileira. As relações desses grupos políticos do Nordeste com os grupos políticos do Sudeste nos jogos de poder ainda se encontra por ser percebida pela historiografia.

REDIMENSIONALIDADE DO PODER: fortalecimento da base varguista no Nordeste

Quando consideramos a redimensionalidade do poder de Getúlio Vargas no Nordeste, estamos nos referindo as suas bases de sustentação política. Isso porque, logo após a “Revolução de 1930” as acomodações políticas do então presidente revolucionário se processaram por meio de um intenso jogo de acordos e ajustes pelo alto. No bojo desses ajustes, os militares se constituíram a base das primeiras medidas com o objetivo de centralizar e fortalecer o poder executivo. Ou seja, o apoio da oficialidade armada proporcionou a Vargas o tempo de que ele necessitava para compor e garantir sua base política de legitimação dada às condições que chegou ao poder.

Nesse sentido, a lógica de apoio das forças armadas resgatou o interesse desses em formar um governo forte, centralizado e isento das oligarquias no poder; seria a essência florianista, pois, está ao lado de um executivo forte e centralizado, pelo menos em tese, suprimiria o regionalismo e garantiria a unidade nacional, pelo alto, através do Estado (REZENDE, 2007, p. 84 e 95).

O discurso de Vargas foi enfático ao enunciar a “Revolução” como sendo nacional. O tom discursivo do então presidente revolucionário procurou descaracterizar

qualquer vinculação civilista, militar ou regionalista ao movimento, contudo, para uma “Revolução” concretizada pelos acordos, os apoios necessários seriam aqueles que pudessem quebrar a lógica descentralizada de poder da Primeira República (1889-1930).

Para esse fim, os espaços de poder se afastaram do centro econômico agro-exportador, São Paulo, contudo, isso não significou relegar São Paulo a um segundo plano, pois, nesse estado estava a base econômica da qual Vargas não poderia prescindir. O que o projeto varguista de estado pretendeu nos primeiros anos pós 1930 foi a construção de uma base de poder ampliada e fora dos acordos do eixo café-com-leite. A “Revolução” trouxe para o ajustamento político do pós-30 a caracterização nacionalista e, junto com ela, a perspectiva de outras forças políticas não necessariamente alinhadas a esse eixo.

Contudo, para São Paulo, a nova conformação de poder deveria privilegiar seus interesse e suas reivindicações, as iniciativas do novo projeto político em curso deveriam propor à sustentação do *status* político daquele que era a “locomotiva do Brasil”; o novo regime deveria não só favorecer as reivindicações econômicas, mas também, sustentar as questões políticas do estado paulista. Claramente o que se observou foi a tentativa de manutenção da tradição política do café-com-leite; considerando que o estado, no Brasil, havia estabelecido uma relação de dependência com os domínios rurais, cujo exercício de influência determinou os contornos da economia para os seus interesses, as pretensões paulista procuraram caracterizar a “Revolução de 1930” como uma “revolução” de São Paulo para o Brasil.

Mas, o que se constatou é que a crise nacional de 1930, iniciada pela falência do modelo econômico do café-com-leite, teve como protagonista São Paulo. Portanto, a “Revolução” não seria de São Paulo. 1930 logrou a eliminação da coalizão dos maiores estados da federação e propiciou a estabilidade política e social, abrindo espaço para um maior desempenho das Forças Armadas no campo político (CARVALHO, 1982, p. 221). As considerações de José Murilo de Carvalho podem ser ampliadas ainda na perspectiva de que a conformação inicial do pós-30 favoreceu a consolidação de novos espaços de poder pela atuação dos tenentes, sendo assim, o que pretende São Paulo, segundo o Jornal o Tempo de 1832:

Os reaccionários de são Paulo não accusam a dictadura de pretender imprimir novos rumos à vida do paiz. Elles apenas accusam a ausênciade formulas legaes no exercício do poder. No mais, achariam, sem duvida, tudo muito bem. Querem apenas, estabilidade, a estabilidade no

direito de opprimir o povo e de economicamente tosquial-o até o sangue, que, durante 40 anos desfrutaram da constituição de 24 de fevereiro (...) Se o Sr. Getúlio Vargas quiser imediatamente decretar as reformas econômicas eu o paiz está a exigir para sustentar o imenso naufrágio em que rapidamente se vae afundando, a Revolta de são Paulo está morta. A nossa liberdade econômica está feita.

Essa assertiva nos remete a constatação de que o projeto de estado e a perspectiva de poder dos anos iniciais do governo Vargas não pretenderam fortalecer os redutos do centro sul. Se considerarmos que a “Revolução de 1930” foi o questionamento a política oligárquica do eixo café-com-leite, podemos auferir oportunamente, a redimensionalidade do poder para os espaços fora daquele eixo. As interventorias, nesse conjunto, sobretudo as dos Nordeste, exerceram o papel de construtores de outro arranjo de poder; na medida em que, o apoio às medidas de Getúlio Vargas ganhou a adesão desses interventores e consolidou o apoio quase incontestado às iniciativas do governo provisório (1930 – 1935). E para o centro-sul, restou o apoio ao que pretendeu o governo provisório de Vargas, a médio prazo.

A nomeação de Anthenor Navarro como interventor da Paraíba, Juracy Magalhães para interventoria da Bahia e Fernandes Távora para interventoria do Ceará são alguns dos exemplos da consolidação das bases de poder do projeto centralizador de Vargas no Nordeste. No seu conjunto, esses interventores foram egressos das bases de apoio que fizeram 1930 e as ações dessas interventorias traduziram o ideário de centralização e fortalecimento político do Nordeste frente ao centro-sul.

Como bem analisa Dulce Pandolfi (1980), a criação do “bloco do norte” formulou uma ação de enfrentamento político do Norte-Nordeste, cujo apoio manteve Getúlio Vargas independente da aprovação política do centro-sul para se manter no poder. A caracterização desse enfrentamento não foi de todo efetivo, contudo, a consolidação dessa perspectiva canaliza para essa região uma ação de enfrentamento e quebra da tradição oligárquica na base do centro-sul.

Em larga medida, os militares podem ser considerados os promotores dessa sustentação, uma vez que os interventores nomeados foram tenentes e imprimiram os interesses de centralização político-administrativo do Estado. Com isso, podemos falar em redimensionamento das bases de poder para o Nordeste.

Agora, o que se efetivou de fato nessas bases ainda está por serem discutidas e elaboradas. A consolidação de uma política centralizadora por parte das interventorias nessa região em confronto com as pretensões do centro-sul são objetos de investigação de estudos ainda não concluídos pelo autor.

E, nesse sentido, as considerações tecidas nesse texto têm por propósito fomentar a discussão do tema e as possibilidades de questionamentos. Nesse momento, o que se pretende é inserir a discussão em contextos ampliados para além dos trabalhos, cujas referências nos remetem ao centro-sul. O levantamento de fontes e a montagem desse jogo de poder dependem da exploração de fontes localizadas na região Nordeste: jornais, entrevistas e relatos, sendo assim, as considerações desse texto são provisórias e questionáveis também pelo autor. Contudo, contribuem para reflexão e montagem desse quebra-cabeça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **Carta ao interventor Anthenor Navarro**. Arquivo da Fundação Casa José Américo, João Pessoa. (manuscrito, sem data).

ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. **Cultura política, identidades e representações sociais**. Recife: FJN, 1999.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. **As Forças Armadas e a Política no Brasil – 1930-1945**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas desafios e propostas. IN: **revista de Estudos Históricos: CPDOC 20 anos**. Vol. 7, nº 13. Rio de Janeiro, 1994.

DE DECCA, Edgard S. **O Silêncio dos vencidos**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15 ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). IN: **História Geral da Civilização Brasileira – III. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**, vol. 10. Rio de Janeiro: DIFEL, 1986.

_____. Política: história ciência, cultura etc. IN: **Revista de Estudos Históricos: historiografia**. nº 17. Rio de Janeiro, 1996/1.

GOMES, Ângela Maria de Castro (org). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

SAES, Décio. **Estado e democracia: ensaios teóricos**. Campinas – SP: IFCH/UNICAMP, 1994. (Coleção Trajetória 1).

SAID, Edward W. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SARMENTO, Antonio Natanael Martins. **Urnas e baionetas: os comunistas na história política de Pernambuco 1930 – 1935**. Tese (Doutoramento). Universidade federal de Parmanbuco – UFPE/ Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, 1998.

SOIHET, Rachel. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Org). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WOLF, Eric. **Europa y La gente sin historia**. México: Fondo de cultura econômica, 1994. [1987], p. 15-39; 465-513.

REZENDE, Priscila. **“Do inimigo interno ao externo”**: a participação do alto oficialato das forças armadas no cenário político brasileiro. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PPGH, 2007.